

TRABALHO FEMININO E TECNOLOGIA: A Imagem da Alteridade*

Alice F. Itani**

“Quando elas entraram na linha...era novo...era estranho...”

RESUMO: A introdução de inovações tecnológicas nos sistemas produtivos mantém a divisão de espaços profissionais entre os gêneros e coloca questões às ciências sociais. Uma distinção entre o trabalho feminino e o masculino perpassa as novas competências requeridas, como uma construção social que repousa na representação do feminino como negativo da qualificação. O presente texto baseia-se numa pesquisa realizada no metrô de São Paulo entre 1985 e 1989. Constitui uma tentativa de contribuir para uma reflexão em torno do conteúdo da separação dos espaços profissionais entre trabalho feminino e masculino, acompanhando a oposição à entrada das mulheres no trabalho envolvendo qualificação técnica. A atitude contra a “invasão feminina” que, se representa como uma atitude de defesa de espaços profissionais é também de defesa do coletivo. E, ainda, de resistência à uma re-elaboração do “fazer” enquanto competência profissional concebido no masculino e, por conseguinte, uma atitude de resistência contra o viver a alteridade que a “condutora” representa na subversão da identidade masculina.

UNITERMOS: trabalho feminino, tecnologia, distinção, gênero, identidade, transportes.

* Texto dedicado a Elizabeth Souza Lobo, que me fez refletir sobre essas mulheres no cotidiano tecnológico.

** Doutora em Ciências Sociais pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Pesquisadora do Projeto Trabalho e Transportes financiado pelo CNPq.

As competências que se colocam como necessárias para o funcionamento dos atuais sistemas produtivos com as inovações tecnológicas contribuem para renovar a divisão sexual de espaços profissionais. A constatação da existência de relações assimétricas no mundo do trabalho, separando o trabalho feminino do masculino, constatadas ao nível da hierarquia, da classificação de funções, bem ou mal remuneradas, fundamentadas em uma escala de qualificação deram origem a alguns estudos¹ com a preocupação de refletir em torno do conteúdo dos fundamentos dessa divisão do trabalho.

O objetivo do presente texto é contribuir para essa reflexão da divisão de gênero no espaço profissional marcado por tecnologias novas. Baseia-se na pesquisa realizada com operadores do metrô de São Paulo², analisando a experiência destes dentro de um espaço de trabalho singular (Fisher, 1980). Instalado nos anos setenta com uma tecnologia automatizada e informatizada, considerada bastante avançada para o momento, o metrô se constitui no próprio signo da modernidade. Na busca dos fundamentos dessa divisão, a tentativa está em seguir os traços que separam os espaços, apreendendo a experiência desses operadores pelas formas como a divisão de gênero é vivida (Perrot, 1984, p.18-27) no espaço do cotidiano, através do discurso e das práticas coletivas. O discurso compreende a forma como os operadores expressam imagens verbalizadas³ bem como a maneira como vêem - o “olhar” (Perrot, 1989), enquanto um sistema de interpretação da realidade⁴ articulando os significados subjetivos com as condições concretas de trabalho. As práticas traduzem atitudes produzidas dentro da relação do cotidiano, onde se concretiza “fazer produtivo” encarnado, desse modo, em pessoas concretas no seio dos contextos reais e dentro das regras de estrutura coletiva⁵.

A separação do feminino-masculino no cotidiano produtivo existe concretamente. As explicações dessa divisão não têm dado conta da dimensão de sua complexidade. Situa-se na conjunção de um conflito de interesses entre dirigentes e trabalhadores, mas ao mesmo tempo difusa, estando arraigada no imaginário do cotidiano das relações. Mas, essa divisão nem sempre aparece de forma clara, é por vezes sutil, à medida que a distinção⁶ não pode

¹ Veja, entre outros, Ruth Milkman (1983), M. Maruani e N. Chantal (1989) e Elisabeth Souza Lobo (1991, p. 47-62).

² Pesquisa realizada entre 1985 e 1989 com operadores diretamente envolvidos com o trabalho nos sistemas automatizados. Ver sobre o assunto “Metroviários et le travail automatisé: rapport au travail dans le métropolitain de São Paulo”. Tese de doutoramento apresentada à l'EHESS, Paris, 1992.

³ Imagem verbalizada veiculando a idéia, a noção e a representação socialmente elaborada, conforme concepção desenvolvida por Serge Moscovici (1961) e Denise Jodelet (1989a).

⁴ Cf. concepção de representação social desenvolvida por Serge Moscovici (1961) e Denise Jodelet (1989a).

⁵ Cf. compreensão desenvolvida por François-André Isambert (1982).

⁶ Cf. conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu (1979).

ser explicada de forma transparente, amparando-se sobre uma pretensa cientificidade biológica. A distinção entre os gêneros pode estar nas exigências de requisitos de qualificação praticados pelos que realizam a taxionomia do trabalho, diferenciando funções e salários, em nome dos dirigentes, bem como ela está na atitude de oposição dos operadores à entrada de mulheres aos espaços profissionais considerados como masculinos. E também fugaz porque escapa a uma análise objetiva e racional à medida que o argumento se difunde e se desloca constantemente.

A diferença quantitativa

A participação diferenciada do trabalho masculino e feminino na produção é um fato. Ela aparece mais fortemente no setor industrial mas também nos serviços. Se se acreditava numa menor separação nos serviços⁷, notadamente nos serviços considerados públicos, o caso do metrô, enquanto um serviço de transporte automatizado, é um exemplo que destrói a premissa. Há uma separação que aparece nitidamente com as inovações tecnológicas entre o trabalho considerado mais técnico e o menos qualificado tecnicamente. Essa diferenciação entre os gêneros num espaço de trabalho marcado pelas novas competências tecnológicas se evidencia se analisarmos os dados quantitativos do metrô. De fato, a população masculina predomina na companhia, com 79,6% do total de pessoal, por sexo, podemos verificar que 40% do total das mulheres dentro da companhia estão nas funções relacionadas às atividades tipicamente administrativas. Mesmo assim a participação feminina é bastante equitativa no total das funções administrativas da empresa: 51% do total são ocupadas por mulheres, concentradas, de certa forma (79%) nos cargos de secretárias e de auxiliares de secretaria (381) (Censo FIBGE).

No entanto, esta proporção não se repete nas atividades diretamente envolvidas à operação do serviço metroviário, ou sejam, nas funções operativas e técnicas. Muito embora a metade da população feminina da companhia esteja no quadro operativo (49%) ela não representa mais que 20,1% do total das funções operativas⁸. Ver Quadro 1 a seguir.

⁷ Em 1986 a população ativa masculina era de 66,2% e a feminina de 33,8%. A população masculina é repartida em um terço na indústria e um terço nos serviços e a feminina está a dois terços nos serviços e um terço na indústria. Ver sobre isso dados primários do Censo FIBGE.

⁸ Contando funções operativas diretamente ligadas à operação do metrô. As funções operativas são as diretamente envolvidas na operação do metrô, estando os postos de trabalhos localados ao longo das linhas, seja nas salas técnicas das estações, nos trens, nas plataformas ou no centro de controle.

Quadro 1
Comparação da Distribuição do Pessoal por Sexo e Atividade

Atividade	População Masculina		População Feminina	
	n	%	n	%
Administrativa		49,0		51,0
Operativa		79,9		20,1
Técnica		81,0		9,0
Gerencial		96,0		4,0
Total	6.889	79,5	1.769	20,4

Fonte: Dados primários extraído do Censo Sócio-Profissional da População Metroviária de São Paulo, CMSP, dez. 1988.

Se a presença feminina é baixa nas funções operativas, nota-se, ainda, que ela é restrita a algumas delas. As mulheres dos postos operativos estão presentes basicamente na venda de tickets, ocupando as funções de bilheteiro e atendimento a passageiros (67%). Mesmo assim, no conjunto elas não representam mais do que 31,2% do total de bilheteiros, ou seja, 362 sobre um total de 1.162 bilheteiros, em 1988.

Há uma certa presença feminina nos postos relativos ao corpo de segurança, ocupando 14% deles. Nas funções de agente de segurança, como nas de agente de estação encontram-se 19% de mulheres. É preciso notar, contudo, o tipo de trabalho - conteúdo e qualificação requerida e considerada - que significam estes postos. São funções operativas do começo da carreira operativa e, por conseguinte, estão nos níveis mais baixos da hierarquia, traduzidos por postos de menor qualificação e por salários mais baixos. O trabalho de bilheteiro⁹, ainda, possui a característica de compreender tarefas essencialmente manuais e exige bastante atenção para sua realização, em função da forte pressão na rapidez do atendimento, para dar conta do fluxo de passageiros e as longas filas que sempre se formam frente aos guichês.

⁹ Cf. estudo desenvolvido por Frida M. Fischer (1986), a propósito do trabalho de bilheteiro no metrô.

Nos postos de segurança, a presença feminina é aceita e, em realidade, de forma expressa, não somente para orientar como também para assegurar uma idéia de segurança aos usuários. A idéia de “socorro” que a presença feminina atribui à segurança, livra-a da imagem negativa de polícia, associada à da violência. Mesmo assim, as funções de supervisão e de inspetor no corpo de segurança e nas estações não são comumente atribuídas às mulheres. Isso é verificado pela sua baixa participação, não mais que 4,3% do total. Nota-se, ainda, um outro aspecto que caracteriza essas duas funções de bilheteiro e agente de segurança. Consideradas de menor qualificação, tais funções não estão envolvidas com manipulação de equipamentos e, dessa forma, não se exige uma qualificação técnica.

Quadro 2
Distribuição do Quadro Feminino por Tipo de Função

Tipo de função	%	Tipos de cargo
Administrativa	40,0	secretárias/aux.secret. (21,5%) aux.téc./administr. (6,1%) analistas adm. tr.aux. (8,0%)
Operativa	49,0	bilheteiro (20,5%) agente segurança (3,7%) agente estação (7,2%) agente term. rod. (9,6%)
Técnica	9,9	analistas e superv. (9,8%)
Gerencial	1,1	

Fonte: Dados primários extraídos do Censo Sócio-Profissional da População Metroviária de São Paulo, CMSP, dez/1988.

Se estes dados mostram a participação diferenciada do trabalho feminino nas funções operativas, não retratam ainda a separação por qualificação técnica. Se analisarmos os dados quantitativos referentes aos ocupantes das funções diretamente relacionadas aos sistemas automatizados e informatizados, por sexo, pode-se constatar uma diferença bastante nítida. Nota-se também que a diferença vai aumentando progressivamente; à

medida em que analisamos as funções superiores ao longo da hierarquia, eleva-se a qualificação técnica, que também se traduz por maior salário. São funções diretamente envolvidas com os sistemas técnicos cujas atividades se realizam com equipamentos ou sistemas informatizados. Começa-se pelos postos operativos de condutor de trem. Tais postos são ocupados predominantemente por condutores. Nas quatro funções operativas seguintes, e hierarquicamente acima à de condutor, não se encontra a presença feminina. São as funções de supervisor de trem, de inspetor de movimento e as do Centro de Controle Operacional, de operador e de supervisor. Na função de condução de trem, a experiência iniciou-se em 1986. Atendendo a uma reivindicação das mulheres do quadro operativo, foram engajadas três condutoras num projeto experimental que se prolongou por três anos. Somente em 1989 foi aberta a admissão a novas condutoras, elevando o número de três para 26 sobre um total de 356 condutores.

Fora do quadro operativo, a presença feminina no metrô é diferenciada. Nas funções técnicas de nível superior, ainda do setor da operação, é verificada uma presença feminina de 12,5%, mais elevada, comparativamente, que nos postos operativos. E, no conjunto da empresa, 9,0% do total destes 1.936 postos técnicos de nível superior são ocupados por mulheres. E, somente 2,9% dos 149 postos de assessoria, gerência e direção são ocupados por mulheres.

Qualificação exigida e considerada

Que qualificação é exigida para os postos dos novos sistemas tecnológicos? Em que aspectos os requisitos recortam o trabalho feminino?

Estas duas questões já estiveram no centro de nossa atenção (Itani, 1992a; Itani, 1992b), onde a primeira sobre a qualificação, estando no centro de debates, foi vista pela ótica do tecido sócio-industrial e da escolarização dos operadores de metrô. E, a segunda, relacionada à primeira, destaca a escolarização mais elevada das mulheres. Pelos dados do metrô paulistano, pode-se mostrar que as mulheres “metroviárias”, mesmo em minoria, possuem uma escolarização mais elevada. No conjunto da empresa, 76% das mulheres possuem formação escolar mínima de segundo grau contrapondo com 64% da masculina. Ainda, 25% das mulheres possuem formação universitária, contra 19% dos homens. Já entre o pessoal dos postos operativos, 68% das mulheres possuem uma formação escolar mínima de segundo grau e dentre elas 15% possuem formação superior. No que tange aos homens, 59,8% possuem formação escolar mínima de segundo grau e dentre eles 15% possuem formação superior.

Mas, esta escolarização elevada de mulheres parece ser também uma tendência da mão-de-obra empregada no mercado de trabalho brasileiro. O estudo entre operários industriais (Hirata, 1984), mostra esta alta escolarização das operárias como uma realidade da indústria brasileira. Com efeito, há uma diferença entre a qualificação do trabalho feminino e as funções que as mulheres ocupam. Dentre os requisitos das funções operativas onde estão a maior parte das mulheres, exige-se 1º grau completo e 2º grau incompleto. Isto mostra que, num processo de recrutamento ou de seleção são admitidas as mulheres mais escolarizadas. Evidencia também uma diferença entre a qualificação considerada e a exigida. Essa distribuição quantitativa de trabalhadores e trabalhadoras em funções diferenciadas por qualificação mostra também uma prática das organizações na exigência ao trabalho feminino diferenciada mesmo se a possibilidade de galgar funções mais qualificadas sejam menores. Se isso ocorre na indústria, está presente também nos serviços. Não é raro encontrar, entre os requisitos exigidos para um posto qualificado, a obrigatoriedade de ser do sexo masculino e onde a exclusão das mulheres é clara. A separação profissional começa, assim, no momento do recrutamento e seleção. Se aqueles que desenham o perfil dos postos, elaborando exigências para o exercício de uma determinada função decidem as inclusões e exclusões, aqueles que se ocupam da seleção concretizam os cortes. O corte se realiza nos resultados obtidos ou não pelos candidatos nas baterias de testes psicotécnicos, aplicados em massa, dentro de “scores” pré-determinados. E, dentre tais baterias se incluem também avaliações subjetivas através de entrevistas.

A separação dos espaços profissionais, mesmo quando não decidida expressamente pelo dirigente, pode estar presente, de forma difusa, em outros níveis. As ações dos responsáveis de cada um desses níveis, desde o recrutamento, passando pela admissão, seleção, até o treinamento, vão decidindo e definindo os que servem para determinados postos e os que são eliminados.

É a tarefa manual que recorta o trabalho feminino?

A comparação entre um trabalho manual e automatizado pode evidenciar a diferença entre qualificação da função e do trabalho. Não podemos afirmar, no entanto, que a distinção se faz entre o trabalho manual e o automatizado. É bem verdade que encontramos a presença feminina nos postos de bilheteiro, que é essencialmente manual, como também nas funções ligadas ao atendimento de passageiros, no caso dos agentes de segurança e agentes de estações. Mas, a afirmação não é verdadeira no tocante ao trabalho nos laboratórios e pátios de manutenção, onde a atividade possui também um conteúdo manual. Algumas barreiras restringem as mulheres ao trabalho de manutenção. São, por exemplo, as condições físicas exigidas como requisitos para fazer face às condições difíceis na manutenção, excluindo-as desse trabalho.

A representação da imagem feminina não se coaduna com a do trabalho de manutenção, considerado como pesado e das mãos sujas de graxa. Mas, se a idéia de fragilidade traduz “a condição feminina biologicamente diferente”, o da resistência física se constitui como um requisito de qualificação. Esse conjunto de idéias e de imagens serve como elemento suficiente para fundamentar o discurso dos chefes e técnicos de que “as mulheres não são feitas para esse tipo de trabalho”, uma vez que não atendem à exigência do requisito de qualificação.

O recorte, por estes dados, não está no trabalho mais informatizado ou menos informatizado. E o que dizer das mulheres na informática? Encontramos algumas mulheres no Centro de Controle Operacional com o trabalho informático. É o caso das auxiliares, que estão muito mais nas funções consideradas de suporte, na preparação e digitação de dados no computador.

Mas, analisando o conteúdo das tarefas por elas realizadas não podemos dizer que as mulheres tenham obtido um espaço no trabalho informático. A expectativa de que a informatização dos serviços poderia significar perspectivas para o surgimento de novos espaços profissionais para as mulheres (Bruschini, 1985) não levou a possibilidade de mudança do trabalho informático. O trabalho informático que era, nos anos setenta, essencialmente masculino, desfrutava de um alto status e prestígio, concentrado em cinco a seis funções. A admissão de mulheres ocorre, após um processo de transformação que parcelarizou este trabalho em 35 funções atuais (1989), e para funções consideradas de baixa qualificação e com baixa remuneração¹⁰. O trabalho feminino é bastante utilizado e, dessa forma, numericamente importante, notadamente nas tarefas de digitação nos centros de tratamento de dados (Soares, 1989).

Mesmo que a atividade de digitação esteja compreendida dentro da informática, a realidade deste trabalho, realizado por mão-de-obra essencialmente feminina, mostra um outro recorte da desqualificação. Este trabalho, associado ao de datilografia, é considerado de baixa qualificação, rotineiro, repetitivo e realizado em condições precárias, o que provoca uma grande incidência de problemas de saúde ocupacional. Diferente da manutenção, onde a falta de condições físicas é argumento para justificar a falta de qualificação das mulheres e, portanto, da exclusão do trabalho feminino, aqui, a condição penosa do trabalho de digitação no trabalho informático constitui em um elemento para desqualificá-lo, considerado como auxiliar e de suporte. E, dessa forma, um trabalho que pode ser atribuído às mulheres. Evidenciam-se, nestes dois casos, discursos e exigências onde se desloca a idéia de qualificação técnica.

¹⁰ Como pode ser verificado pelo estudo de Ângelo Soares (1989) a propósito do trabalho informático realizado junto aos digitadores dos centros de processamento de dados do Estado de São Paulo.

Experiência de entrada no domínio masculino

Como é a experiência das mulheres na entrada ao trabalho considerado de domínio da competência masculina?

Os operadores do metrô, com uma trajetória múltipla no mundo do trabalho e sem nenhuma experiência nos sistemas técnicos, não tiveram dificuldades de adaptação aos novos sistemas automatizados, face a um sistema totalmente novo e desconhecido. A mesma coisa não pode ser afirmada pelas mulheres, condutoras de trem, em relação à experiência de entrada às funções consideradas de domínio masculino.

O trabalho de condutor é, efetivamente, considerado como pertencente ao domínio masculino. O trabalho de comando de máquinas e equipamentos e, notadamente de condução dos transportes coletivos, tais como o do condutor de trem ferroviário, motorista de ônibus e mesmo a do “chauffeur” de táxi, é realizado predominantemente pelo homem. A experiência pioneira de quebra desse domínio, no Brasil, ocorre com os trens urbanos, no momento da inauguração de um novo sistema de transporte, controlados por sistemas centralizados e automatizados, ligando Porto Alegre às cidades vizinhas¹¹. A admissão de vinte mulheres condutoras na TRENURB, de fato, contribuiu para a decisão da direção do metrô paulistano no mesmo sentido, atendendo uma reivindicação das operadoras. Todavia, o acesso a um espaço socialmente reconhecido como masculino dependia, ainda, do esforço das mulheres em conquistá-lo. Tendo a reivindicação atendida pela decisão da direção e superada a primeira resistência daqueles que elaboram o perfil de postos, os problemas, para as condutoras, ainda, não cessam aí.

De fato, para as operadoras, a decisão dos dirigentes não determinou a aceitação por parte dos outros. O depoimento das condutoras que fizeram parte do projeto experimental na condução de trem, de 1986 a 1989, testemunha a experiência de viver a resistência. Vários foram os momentos que marcaram essa experiência. O discurso da condição física é presente em vários deles. O debate realizado pelo sindicato e DIESAT, em 1986¹², a propósito do estudo sobre condições de trabalho dos condutores de trem, é um deles. Se o estudo tinha por finalidade embasar uma reivindicação de redução de jornada de trabalho, as mesmas razões, da complexidade e condições precárias do trabalho, servem como

¹¹ Cf. *Revista de Transportes Públicos*, ANTP, São Paulo, 1986, p. 117-118, extraído do jornal do Comércio, Porto Alegre, 20/01/86.

¹² Durante a apresentação do estudo realizado pelo DIESAT (Departamento Intersindical de Estudos sobre Saúde e Acidentes de Trabalho) a propósito das condições de trabalho dos condutores de trem do metrô de São Paulo. O estudo foi solicitado pelo sindicato dos metroviários em função da reivindicação da redução da jornada de trabalho dos condutores de trem.

“razões científicas” para fundamentar também a interdição da entrada das mulheres. Há uma noção de não-qualificação que pode ser constatada nos depoimentos, tal como se apresenta no discurso de um debatedor e militante do sindicato:

“A mulher não tem força física. Veja, o trabalho de condutor de trem exige muito esforço físico. É um trabalho complexo. Não é um trabalho para mulheres. E, ainda mais, as mulheres grávidas não podem ficar na cabine.”

Mas, se a atitude de resistência não é percebida enquanto oposição localizada, a idéia de competência é presente no cotidiano das relações. A experiência das condutoras não foi somente de enfrentar a resistência declarada pelo discurso. Do argumento da não-conveniência à dificuldade em atender as exigências físicas, há, também, a competência de aprendizagem a ser testada. Durante o período de treinamento, é a capacidade de aprendizagem de conhecimentos e habilidades para o exercício da nova função que faz parte de uma prova de competência. Para ser considerada e comparável como igual, não basta, todavia, obter resultados comuns, mas sim superiores às dos colegas masculinos. A experiência testemunhada por uma das condutoras mostra a necessidade de quebrar o “mito da competência feminina”. Nota-se em sua fala, vivendo a prova no cotidiano, o reverso do discurso:

“No treinamento, não tive dificuldades. Fui melhor que os homens...”

Mais que o orgulho de ter atingido um padrão “melhor” é poder ser considerada como igual, como uma responsabilidade assumida de pioneira. Se no treinamento onde estão sendo treinados os novos, não se trata de enfrentar a resistência dos antigos condutores, trata-se de viver o feminino como elemento justificando a separação da competência feminina e masculina como que instituída no cotidiano das relações.

É fato que há uma idéia de separação dos espaços que passa pela apropriação dos espaços profissionais cuja visibilidade são mais marcantes naqueles relacionados aos sistemas automatizados e às funções técnicas da informática, considerados como pertinentes ao espaço de domínio da competência masculina. Isso é evidenciado no testemunho de um dos condutores, dentre os quais, um diretor de sindicato, ao relatar o momento da recepção das primeiras condutoras:

“Elas tiveram que se acostumar a nós. Nós já estávamos lá... Nos intervalos, a gente jogava dominó e gritava... e gritava palavrão... A gente discutiu o que se ia fazer e então a gente decidiu... a gente ia continuar assim. Elas que chegaram depois... Elas que se habituem!”

A fala contida no discurso do condutor evidencia uma idéia de defesa de um espaço contra uma “invasão” do estranho - do “estrangeiro”, onde a delimitação do espaço está compreendida pela antigüidade, como uma possessão inalienável e “naturalmente”

masculino. A atitude de recepção em relação às condutoras, verbalizada pelos termos “elas” ou “as novatas” evidencia uma resistência em assimilar aquilo que é novo, o diferente. Essa atitude decidida coletivamente pelos condutores não pode ser considerada, desse modo, isolada. Há uma nova delimitação de espaço a ser dividido com as condutoras. A atitude de resistência vai se alterando. Passa de defensiva contra um corpo estranho - podendo ser considerado como não possuindo qualificação física para o de defesa de um espaço profissional técnico. Mas, a atitude de separação se mantém. É essa noção de separação, que está no cotidiano do espaço de trabalho, localizada e às vezes difusa, mas fazendo parte do conteúdo das relações, que merece ser analisado.

Imagem do feminino e competência

A experiência das mulheres evidencia a noção difundida de competência técnica como sendo de domínio masculino.

Com efeito, a competência tecnológica delimita o campo operatório entre os sexos. A idéia de competência nos sistemas técnicos é, na maior parte das vezes, pensado no campo da masculinidade estruturando o lugar de trabalho. Se isto era notado no trabalho de condução de máquinas rodantes, qualquer que seja o sistema técnico, verifica-se também igualmente, no metrô e, também nas funções ligadas aos sistemas informatizados, máquinas complexas ou sistemas automatizados que são fortemente atribuídas ao masculino.

O espaço metropolitano se apresenta como sendo exemplar uma vez está associado à imagem da modernidade, da tecnologia nova e do automatismo e onde os micro-coletivos podem ser notados apropriando-se de espaços e de posições determinadas. Neles, os espaços femininos podem ser notados como sendo bem delimitados, concentrados fortemente nos de bilheteiro e de agente de segurança e ausentes nos de manutenção, do CCO e das salas técnicas.

Os limites e restrições impingidos ao trabalho feminino, face à produção da idéia de complexidade técnica, mesmo não reconhecidos pela psicologia cognitiva, nos leva a refletir sobre a representação da noção de competência, de qualificação técnica e física. A competência técnica necessária ao trabalho nos novos sistemas automatizados, bastante discutida mas ainda pouco clara, se associa, no caso, como sendo “naturalmente” dada ao masculino. Essa separação, concretamente presente no conteúdo das relações, visualizada pela resistência dos operadores em aceitar as mulheres nos postos de condução de trem e nos compreendidos como técnicos, como no teste de competência de aprendizagem pode ser apreendida também como uma maneira de distinção do trabalho feminino.

De fato, não está somente no discurso de defesa de espaços profissionais dos condutores. Mesmo que essa entrada de condutoras já não pareça ser colocada em questão, três anos depois, dado que os operadores já se habituaram, isto não significa que todos os operadores aceitaram a idéia de mulheres no seu trabalho. É o caso dos operadores do Centro de Controle, cujo discurso mantém a mesma distinção, sob o argumento da qualificação física.

“As mulheres com o equipamento?... Ah! É preciso ter desenvoltura... as condições físicas. A mulher deve dinamismo...”

O conteúdo de contradições expressadas nos discursos, como foi notado, pode nos levar a buscar o entendimento do que seja “falta de condições físicas”. Como é compreendida a falta de qualificação física? Em realidade, os atributos de “elas”, “as novatas” são mais que expressões verbalizadas para definir as novas condutoras. São a representação do “estrangeiro”, do estranho. Isso pode ser constatado na própria fala de um dos operadores do Centro de controle ao comentar sua experiência no comando dos condutores no tráfico logo após a entrada das mulheres, quando começou a ouvir as mulheres pelo rádio:

“Quando as mulheres entraram na linha, era novo... era estranho...”

O “estranhamento” ao ouvir o som da voz pelo sistema de comunicação mostra que há uma distinção que está além da própria figura feminina. Além da “estranheza” que poderia representar a presença física das mulheres na cabine do trem, há um outro estranhamento em notar algo que representa para os controladores como sendo “diferente” e que é expressada no estranhamento pelo som da voz.

Há uma diferença que distingue. A figura feminina representa, para os operadores e controladores, a imagem do diferente. O discurso da “estranheza” representa também uma forma de “olhar”, de distinguir aquilo que é diferente. A resistência é real e concreta, e se apóia numa convicção da diferença. Se os condutores defendem a falta de qualificação física das mulheres, é porque consideram o trabalho de condução nos sistemas automatizados como penoso e repetitivo. Mesmo se o operador reconhece em sua atitude uma marginalização da mulher, a convicção da diferença do feminino representado no seu trabalho se expressa em seu testemunho:

“Eu não sou 'machista'!... mas a gente é condicionado pela sociedade... E a gente tem já uma diferença...”

O caráter de diferença atribuído às mulheres está muito mais no campo representacional. Podemos arriscar uma primeira aproximação de análise associando a imagem pela qual os operadores e condutores se representam em seus trabalhos e que faz parte da imagem que eles fazem deles mesmos. Como o trabalho não existe em si, mas é

um fazer dentro de uma relação social, os discursos marcam uma experiência dessa relação do fazer, da atividade dos operadores dentro de seus espaços de trabalho. Desse modo, a entrada das mulheres no mundo do trabalho considerado masculino implica, de alguma maneira, numa subversão da imagem que os operadores fazem de seu trabalho e deles mesmos. Se a representação do trabalho técnico, em realidade, mistura-se com os que o realizam, para os operadores, seu trabalho e a imagem das mulheres não se organizam no mesmo campo operatório.

É preciso recorrer às imagens e noções do feminino para uma segunda aproximação da compreensão dessa distinção. Representadas pela imagem do diferente, as linhas da separação social¹³ do trabalho se desenha entre a imagem do masculino e do feminino. A construção de diferenças começa pela elaboração da imagem do feminino:

“...Mas a gente tem a imagem da mulher feminina...”

A imagem da mulher feminina é, de certo modo, instituída. Imagens femininas construídas sobre a idéia de poesia, de beleza, enquanto que as imagens masculinas são construídas sobre o trabalho técnico e pesado. A imagem de mulher está muito mais associada à idéia de fragilidade, e, que não se mistura, desse modo, à do trabalho técnico, como o da manutenção. Essa representação que o operador elabora da mulher é diferente do que ele considera como sendo o mundo do trabalho técnico. Nesta perspectiva, os sistemas automatizados e a informática são relacionados ao trabalho pertencentes ao domínio masculino. Do mesmo modo, a representação que o operador elabora do “seu eu” não se confunde com o modo que ele representa pela imagem que faz da mulher. O discurso da não conveniência do trabalho de manutenção ou da condução às mulheres é expressão concreta, que pode ser explicada como uma crença de que “elas” não são “olhadas” e, por conseguinte, reconhecidas como sendo exatamente iguais. Esta imagem faz parte do mundo do “outro” ou das “outras” em relação a “nós”. O novo e o estranho representam, para o operador, uma experiência de mudança da representação do trabalho, de sua atividade que começa pelo ambiente de trabalho no cotidiano.

¹³ Quando a imagem do outro é “daquilo que não sou eu ou dos meus é construído numa negatividade concreta”, a “imagem pela qual os conteúdos estão estreitamente ligados às práticas sociais, imagem que vai permitir, na interação social, o jogo da diferenciação e o trabalho de alienação” e que desenha as linhas da separação social. Cf. Denise Jodelet (1989).

Construção social da desqualificação

Como se opera a distinção de gênero no trabalho tecnologicamente qualificado?

No metrô, como vimos, ela se opera entre o trabalho exigindo muito mais qualificações técnicas elevadas e aquele para o qual não se exige qualificação técnica para realizar. Mas a qualificação técnica aqui toma o significado também de hierarquia. Nota-se que há uma separação social entre os gêneros, que se desenvolve na elaboração do conceito de qualificação e que já foi objeto de estudo. Para Maruani e Chantal (1989), é a própria invenção da idéia de qualificação, nos novos processos de trabalho, que aparece como uma “construção social sexuada”. A “distinção masculino x feminino constitui a matriz central em torno da qual se define a noção de qualificação” do trabalho, através dos postos atribuídos às mulheres que surgem, nesse caso, já desqualificados.

Efetivamente, no caso da indústria do livro, os operários sofreram uma transformação do trabalho, pela modernização do processo de trabalho, onde “a máquina informática se impôs limpando o essencial do saber”. As estratégias de transformação do processo de trabalho no livro começaram juntamente com a admissão de mulheres, inicialmente para atividades consideradas menos qualificadas. Ainda, essas mulheres foram colocadas fisicamente bem distanciadas dos outros operários, em termos de local de trabalho, fechadas em salas do sub-solo do mesmo prédio.

De modo semelhante, a admissão de mulheres no trabalho de condução, em 1985, fez parte de um conjunto de transformações realizadas na função de condutor de trem. E, concretamente, essa transformação pode ser constatada tanto pela baixa do salário como pela redução do conteúdo do trabalho considerado e do tempo de treinamento.

Os critérios científicos¹⁴ que determinam a divisão sexual do trabalho, em realidade, carregam o discurso da adequação de “masculino” e “feminino”, isto é de conteúdos que constroem representações de gênero a partir do sexo biológico. Na indústria elétrica e automobilística evidenciam-se fatores que contribuíram para a cristalização de formas de divisão¹⁵. Se as tarefas na indústria têxtil, no vestuário, na alimentação, sobretudo as consideradas “não-qualificadas”, foram atribuídas às mulheres, a partir da justificação de que são próprias às mulheres, como um prolongamento do “trabalho de mulher”, a mesma razão não cabe na indústria elétrica. Nessa indústria de material elétrico, o aumento do

¹⁴ Sobre esse mesmo ponto ver o texto de Elisabeth Souza Lobo que desenvolve a análise da cientificidade biológica (1991).

¹⁵ Cf. análise de Elisabeth Souza Lobo (1991) baseando-se no estudo de Ruth Milkman (1983) sobre os operários ingleses.

trabalho feminino substituindo o trabalho masculino, paralelamente à “fragmentação e desqualificação” das funções, foi criada uma outra modalidade de separação: o “trabalho leve” e “delicado” como um sinônimo do “trabalho de mulher”, por exigir dedos finos. Se delicadeza e destreza, no caso desses setores, são critérios que especificam as tarefas de mulher, a idéia de “pesado” da manutenção do metrô é o critério para excluir as mulheres desse trabalho. Mas, não se coloca em questão a condição penosa do trabalho de digitação de dados no computador ou mesmo do bilheteiro.

Se os critérios estão relacionados à imagem de frágil atribuída às mulheres, servem somente para classificar as tarefas que fundamentam o sentido da distinção profissional e que se objetiva concretamente na diferença de salário. As mulheres são menos pagas, isto é, estão nas funções de menor qualificação, seja como bilheteira no metrô, na digitação do processamento de dados ou na solda da indústria elétrica. Nesse sentido, a diferença se coloca não somente entre as tarefas, mas também entre “a tarefa” e “quem a realiza” (Lobo, 1991, p. 56), e o que leva a concluir (Kergoat, 1982) que é a identidade do trabalhador que define o salário, a função e a qualificação.

Mas, como verificamos pelo discurso das condutoras, a produção da idéia de desqualificação é realizada também como uma construção social elaborada sobre a imagem que se faz da mulher. Essa distinção entre o feminino e o masculino, que não é proveniente do taylorismo, vem se renovando constantemente, sendo utilizada na disputa de interesses entre dirigentes e executantes. A idéia de desqualificação parece estar no próprio nascimento da grande indústria quando o trabalho feminino e infantil, com os salários bem mais inferiores que o de um operário adulto masculino foram, de uma certa maneira, elementos não somente para uma acumulação do capital industrial mas utilizados nas relações de força contra a rígida oposição dos operários, contra as máquinas e fábrica. A dificuldade de ter mão-de-obra em função de uma oposição ao surgimento de máquinas e da fábrica (Mantoux, 1989) mostra que a indústria têxtil encontrou uma solução pela “contratação maciça de mulheres e, principalmente de crianças.

Mesma a própria descrição de Mantoux evidencia uma avaliação do trabalho qualificando o feminino próximo ao do infantil. Sem diferenciar a qualificação do trabalho em si a executar, o autor comenta que o “trabalho nas fiações era fácil de aprender, exigia muito pouca força muscular” (Mantoux, 1989, p. 418), igualando a inferioridade tanto da competência infantil como da competência do trabalho feminino, onde “o pequeno porte das crianças e a finura de seus dedos faziam delas os melhores auxiliares das máquinas” (Mantoux, 1989, p. 418). A descrição da superexploração das crianças, que parece ser igualada à das mulheres, passa pela extrema brutalidade, em nome da disciplina, e pela rigidez em relação ao contrato, e as crianças eram muito mais presas a um contrato de aprendizes, por sete

anos, no mínimo, até atingirem a maioridade. Ao lado do relato sobre os horrores das condições de trabalho nas fábricas inglesas, no século XVIII, estão as condições de vida que sofriam tanto crianças e mulheres. Para aquela indústria, era exatamente vantajoso mantê-las sob uma baixa remuneração do que contratar um operário adulto. Em 1803, as crianças recebiam de três a sete xelins por semana e um operário adulto 25 xelins, o que se supõe um adulto masculino. Muito embora não existia uma descrição nítida de qualificação com o desenvolvimento de novas máquinas, verifica-se que tanto mulheres como crianças foram utilizadas como um contraponto à resistência dos operários adultos às novas máquinas como também para quebrar a elite de operários da indústria têxtil¹⁶.

Identidade e distinção profissional

Dentre as questões de divisão de trabalho, aquelas concernentes à da divisão sexual parecem ser mais complexas. Com efeito, a “mulher” no mundo produtivo é um objeto de estudo privilegiado pela complexidade de elementos contidos nas representações, nos significados subjetivos de imagens elaboradas e de atributos de distinção. Como vimos, dentro da divisão do trabalho, a separação dos espaços profissionais pode assumir aspectos e conteúdos variados. Se em alguns momentos pode ser entendida como uma relação instituída estruturando espaços de trabalho, em outros, podem ser compreendidos como uma forma de distinção dentro da estratégia de quebrar os fortes coletivos de trabalho.

Há, sem dúvida, uma resistência de coletivos de trabalho, pela defesa de espaços profissionais. O caso dos condutores pode também ser compreendido como sendo uma atitude de defesa de espaços. A reivindicação das mulheres à função de condutoras de trem não estava somente em serem admitidas como condutoras. Buscava-se também quebrar uma primeira barreira da carreira operativa. Tinham aspirações à carreira mas, o acesso aos cargos da carreira dependia de passar pela função de condutor de trem e de romper o domínio masculino.

Não há, contudo, como negar que a entrada de condutoras altera o trabalho do condutor. A admissão das mulheres coincide com um processo de transformação do trabalho

¹⁶ Mantoux comenta, ainda, “que os salários mais baixos eram, como sempre os das mulheres e crianças; por isso eram preferidas, em detrimento dos homens.” (p.435, ed. brasileira), e, por conseguinte, nunca “o trabalho feminino e infantil fôra objeto de uma tal demanda”. E, foi essa “utilização, cada vez mais generalizada de uma mão-de-obra inferior e barata” que se torna “um verdadeiro perigo para os operários adultos” (p. 436).

de condução de trem, e que significou, concretamente, a baixa do status. Também, um rompimento de uma forte identidade coletiva. Essa percepção do rompimento se assemelha à dos operários do livro. Estes (Maruani & Chantal, 1989), que haviam, inicialmente, feito uma greve para se opor à entrada das mulheres, a partir de um certo momento “o forte coletivo anterior que associava e dominava todos os segmentos do processo de trabalho” vê-se colocado em cheque (Maruani & Chantal, 1989, p. 23). No caso dos condutores de trem, estes percebem a entrada das mulheres não somente como uma invasão dos espaços, mas como uma transformação do trabalho, desqualificando-o. No conjunto das alterações do status, queda do salário e redução do conteúdo de formação, a identidade do coletivo de condutores, que se verificava pela organização e pelos fortes movimentos de reivindicação se vê alterada.

Efetivamente, há além da percepção da quebra da antiga união, como se nota no discurso:

“Na OPM era sempre um grupo fechado. Ele não aceita gente ‘nova’... Teve problemas. Teve resistência... Tratamos com respeito (as mulheres). Agora, vai melhor (...) Elas tiveram que se acostumar a nós (...). Mas, a união foi quebrada. Tem gente ‘nova’ ”.

Entre a atitude de resistência e a de aceitação de uma nova imagem do trabalho de condução de trem, agora também realizado pelas mulheres, os discursos testemunham uma dificuldade de reconhecimento de seu trabalho e suas próprias identidades profissionais. Começa pelo discurso de que antigo forte coletivo de condutores não se reconhece mais enquanto tal. O sentimento experimentado no momento da entrada das operadoras de trem foi, assim, de “perda” de um espaço profissional que os obrigou a misturarem a representação de seu trabalho à imagem que eles faziam das mulheres. A forte identidade do trabalho é colocada em cheque num trabalho que é agora realizado por mulheres. A percepção do “espaço” se coloca em todos os sentidos, começando pelo “espaço físico” que concentra no discurso da corporificação da diferença. Desse modo, a perda de solidariedade e do entusiasmo no trabalho do antigo coletivo é atribuído a essa mudança, da presença física de mulheres no espaço que lhes pertencia, ficando na lembrança o antigo coletivo.

Com a percepção da alteração na identidade do coletivo de condutores de trem, elabora-se a idéia de desqualificação do trabalho, que se mantém associado ao do momento da admissão das mulheres. As mulheres, mesmo com a prova de quebra do mito da competência, constituem-se também no objeto materializado da desqualificação, com a perda do status e pela fragilização da forte identidade dos condutores.

Na evolução da atitude, verifica-se uma alteração da atitude de oposição, passando para a de defensiva, e para um sentimento da “perda” do espaço e, por fim, de aceitação.

Mas, a aceitação não significa anulação da divisão. A atitude é de uma re-elaboração da distinção, pela mudança no critério da diferença. No esforço de reconhecer as condutoras como iguais, elabora-se uma outra explicação mas na mesma lógica da representação da diferença. Há, em realidade, um deslocamento do “olhar”. Da estratégia defensiva se desloca para a atitude de cernir os limites da semelhança e da diferença, através da utilização de uma maneira de personalização da distinção. E, dentro dessa atitude, a aceitação das mulheres passa pela explicação do alto nível de escolaridade e a condição social elevada das mulheres que estão nos postos de condutor de trem. O fato delas serem excepcionais pode ser elemento que serve para justificar o seu acesso aos postos de condutoras:

“Mulheres na condução?... Tem cinco. Tem uma que (...), outra que tem o terceiro ano da faculdade e a que o marido é diretor de escola.”

Diferenciadas pelo status, pelo nível de escolaridade ou pela inserção social, a estas mulheres se podem acordar o atributo de “mulheres especiais”. Estas se destacam, o que pode ser um critério positivo para que possam ser consideradas como próximas. E o fato de “essas condutoras” serem mulheres excepcionais permite-lhes, por conseqüência, galgar os postos de condutoras.

Mantém-se a distinção, deslocando-se a linha da separação, o que reforça a afirmativa de que as representações que os operadores elaboram das “mulheres” não são compatíveis com aquela que eles fazem de seu trabalho. E tais representações podem assumir vários significados. A entrada de mulheres no domínio considerado masculino significa o novo e estranho, mas significa sobretudo, para os operadores, viver a experiência da alteridade.

Com efeito, a resistência é uma atitude de defesa da identidade. Primeiro, uma defesa do espaço e da função está dentro de uma construção simbólica da noção de identidade profissional. A imagem que os operadores fazem das mulheres não se articula à de suas representações de “qualificação técnica” ou à imagem que fazem de si como operadores qualificados dentro de competências tecnológicas. A representação que o operador faz de seu trabalho é assim produzido na significação do “fazer”, quer dizer “do seu fazer”. Seu trabalho não é qualquer trabalho, mas “seu trabalho” e pelo qual ele se faz representar pelo “seu fazer”. Na execução da tarefa, o operador vive o “ser do fazer”, pelo qual seu “fazer” é um “fazer” masculino, que ele se representa através de sua imagem masculina. Aceitar as mulheres na realização do trabalho que lhe pertence significa também ter que transformar a representação de seu “fazer” que não se organiza no mesmo campo operatório representacional onde ele situa as mulheres. A construção de imagens de mulheres realiza-se a partir de representações sociais que se fazem das mulheres nas relações sociais e, desse modo, idéias instituídas e onde já há uma divisão do trabalho

definida. Nesta representação a distinção se elabora na idéia de profissionalidade técnica pela competência tecnológica masculina.

Segundo, há uma prática coletiva da distinção que se produz na dialética da construção da diferença, isto é, “diferença que evoca a identidade, a semelhança”¹⁷, ou na relação com a alteridade, em que se nega a semelhança, onde o que “não é eu” ou dos “meus” é construído numa negatividade concreta (Jodelet, 1989, p. 33). A figura “mulher” que se constitui, a todo momento, numa “idéia de mulher”, é transformada em “idéias-imagens” (Moscovici, 1961), enquanto “imagem da mulher-feminina”, mulher-casa, mulher-frágil, fora do mundo considerado como produtivo ou da qualificação técnica. As mulheres ficam conservadas nas “imagens-memória”¹⁸ por imagens daquelas que se diferenciam de “mim” e de “nós”.

Como a idéia do trabalho é elaborada pelo operador à imagem da profissionalidade técnica masculina, como consequência, viver a idéia do trabalho misturado ao “fazer feminino” é também viver a experiência da alteridade ou a da subversão da própria imagem e, portanto, da própria identidade masculina¹⁹. Nessa contradição entre a socialização do papel das mulheres, a construção social da qualificação e a representação simbólica do trabalho reside a resistência às mulheres nos espaços de trabalho concebido como masculino, notadamente no domínio do técnico, das tecnologias.

¹⁷ Cf. prefácio de Serge Moscovici no livro de Denise Jodelet (1989, p. 11-12): “...C’est en effet la différence qui les confronte du matin au soir, tous les jours de l’année. Elle entame l’uniformité des opinions et des expériences qui aurait pu être la leurs, comme partout ailleurs, ils en ont conscience. Mais une différence qui évoque l’identité, la ressemblance, puisque chacun le sait, la folie du bredin pourrait devenir celle du civil. En cohabitant, pourquoi ne deviendrait-on pas similaire? (...) Mais s’ils voyaient en ces fous leurs semblables, le habitants des villages alentour les considéreraient, eux, comme des fous. Voilà ce qui oblige (...) - a creuser le fossé de la différence.”

¹⁸ Cf. Denise Jodelet (1989 b, p. 380): “Le travail de communication sociale les a transformées en idées-images (...), en images-mémoire, susceptibles à tout moment et en toute situation de restituer le sens accumulés dans un processus de sédimentation historique. (...) Mots, gestes, attitudes conservent la mémoire du groupe, recèlent un savoir tacite qui n’a plus à être énoncé à chaque instant. De même en va-t-il pour les images d’organes dont le partage social permet de conserver toute la richesse sémantique sans que pour autant les conceptions et les significations que leur correspondent soient toujours et partout mises en oeuvre, ou à découvert. Ils forment des primitifs représentationnels dont chacun peut faire découler des implications, générer du sens et des contenus représentatifs.”

¹⁹ Como remarca Cynthia Cockburn (1990, p. 14).

Considerações Finais

Algumas questões podem, efetivamente, ser analisadas através da apreensão das falas, dos discursos onde são expressas as representações, idéias e noções. Mesmo restando sempre um conteúdo do imaginário representativo que não serão apreensíveis, os traços da distinção podem ser demarcados e decompostos à luz da dialética da contradição. Há, contudo, incógnitas no conteúdo dessa distinção. Se havia um pressuposto de que a divisão se situava no caminho do significado da profissionalidade, quando analisamos mais detalhadamente os discursos ao longo da evolução dos dados, nota-se que esta explicação não é suficiente para dar conta de toda a complexidade da distinção de gênero masculino x feminino no mundo do trabalho. Como vimos, há uma distinção que se mantém no conteúdo do discurso:

Não temos como explicar, por essa via, a contradição na divisão de determinados espaços profissionais. Este é o caso da diferenciação da distribuição quantitativa do trabalho feminino, mesmo dentro do setor de operação do metrô, entre os postos operativos e os técnicos de nível superior. Do ponto de vista hierárquico, os postos técnicos de nível superior estão acima dos operativos do setor da operação. Significam também salário e exigência de escolaridade mais elevada. E, nestes postos, as mulheres ocupam 12,5% deles. São menos aceitas nas funções operativas qualificadas, acima das de bilheteiro, do que nas funções técnicas de nível superior, como uma distinção de categorias de funções ou há uma outra taxionomia por segmento de postos? Também não temos como explicar a manutenção da distinção, se tomarmos em conta a evolução do trabalho entre aquele descrito por Mantoux e o período contemporâneo, mesmo contando com o movimento das relações sociais ao longo da transformação dos costumes. O recorte de gênero, em determinados setores, do trabalho dentro de sistemas altamente informatizados e automatizados mostra uma certa tendência para a manutenção, ainda, de algumas funções como sendo de domínio masculino.

Recebido para publicação em outubro/1992

ITANI, Alice F. Trabalho feminino e tecnologia: a imagem da alteridade. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, 4(1-2): 133-154, 1992.

ITANI, Alice F. Woman labour and technology: the image of alterity. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, 4(1-2): 133-154, 1992.

ABSTRACT: The labour sexual division remains even technological innovation has been introduced, questioning social science explanations. The discrimination between male and female labor is nowadays based on required knowledge for one's qualification. The social construction lies on discussion that to be female is a negative point in work qualification. This study bases on a research in the São Paulo Metropolitan Enterprise where there is a hard opposition to women employees as tram driver and well as in the technical qualified work. It would be a contribution to reflection on both male and female work place. The attitude against "female invasion" is an attempt to defend work space either individual or collective one.

UNITERMS: woman labour, technology, distinction, genre, identity, transportation.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. *La distinction*. Paris, Minuit, 1979.
- BRUSCHINI, C. Mulher e trabalho. In: *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1985.
- Censo FIBGE.
- Censo sócio-profissional da população metroviária de São Paulo, CMSP, 1988.
- COCKBURN, Cyntia. *Technical competence, gender identity and women's autonomy*. Comunicação apresentada no Congresso Mundial de Sociologia, Madrid, jul. 1990.
- FISCHER, Frida M. O trabalho dos bilheteiros do metrô de São Paulo. São Paulo, 1986, (mimeo).
- FISCHER, G.N. *Espace industriel et liberté*. Lyon, PUL, 1980.
- HIRATA, Helena. Divison sexuelle du travail dans l'industrie brésilienne. In: *Sexe du travail: structures productives et système productif*. Grenoble, PUF, 1984.
- KERGOAT, Danièle. *Les ouvrières*. Paris, Le Sycomore, 1982.
- ISAMBERT, François-Andé. *Le sens du sacré*. Paris, Minuit, 1982.
- ITANI, Alice. *Metroviários et le travail automatisé: rapport au travail dans le métropolitain de São Paulo*. Paris, 1992a. Tese (Doutorado). EHESS.

ITANI, Alice F. Trabalho feminino e tecnologia: a imagem da alteridade. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, 4(1-2): 133-154, 1992.

———. Tecnologia metroviária e a relação entre trabalho e qualificação. São Paulo, *Revista dos Transportes Públicos*, nº 55, p. 95-111, 1992b.

JODELET, Denise. *Les représentation sociales* (dir.). Paris, PUF, 1989a.

———. *Folies et représentations sociales*. Paris, PUF, 1989b.

LOBO, Elisabeth Souza. Masculino e feminino na linha de montagem - divisão sexual do trabalho e controle social. In: *A classe média operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

MANTOUX, Pierre. *La révolution industrielle au XVIII^èm siècle*, 1905, reed. 1927, trad. brasileira. *A revolução industrial no século XVIII*, Hucitec, São Paulo, 1989.

MARUANI, M. & CHANTAL, N. *Le labeur des dames, métiers masculins, emplois féminins*. Paris, Syros, 1989.

MILKMAN, Ruth. Female factory labor and industrial structure control and conflict over “women’s place”. In: *Auto and electrical manufacturing, Politics and society*, 1212, 1983.

MOSCOVICI, Serge. *La psychanalyse, son image et son public*. Paris, PUF, 1961.

PERROT, Michele. Théâtres de la mémoire. *Traverses*, Paris, nº 40, 1984.

SOARES, Ângelo. *A organização do trabalho informático*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.